

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Serra de Santa Comba situada nos concelhos de Mirandela, distrito de Bragança e Valpaços, distrito de Vila Real, com uma altitude de 1016 metros, apelidada pela comunidade científica por “montanha sagrada”, devido a ser uma das zonas arqueológicas mais importantes da península ibérica, da europa e mesmo do planeta. Neste local são observados o maior conjunto extenso de locais com pinturas rupestres pré-histórico pós-glaciar em território português. É de referir que a Serra tem vegetação autóctone, única, com origem há 7000 anos.

É nos finais dos anos 80, do século passada, que são descobertos os abrigos com pinturas esquemáticas, durante as escavações arqueológicas no abrigo do Buraco da Pala e mais tarde, ocasionalmente, encontrou-se os Regatos das Bouças, classificados como Imóvel de Interesse Público. As escavações foram coordenadas pelo departamento de ciências e técnicas do património da Universidade do Porto, através da Professora Maria de Jesus Sanches. Em 2014 é dada a abertura do procedimento de classificação do conjunto de sítios arqueológicos da serra de Santa Comba, nas freguesias de Veiga de Lila e Vales, concelho de Valpaços e Sucções, Passos, Lamas de Orelhão e União de Freguesias de Franco e Vila Boa, no concelho de Mirandela.

Em outubro de 2016, procedeu-se à consulta pública do estudo de impacte ambiental do projeto “Parque Eólico de Mirandela”. O projeto para a implementação do parque eólico, que contempla a construção de 8 aerogeradores, com uma potência de 3.2MW por torre, tem a intenção de ser construído em plena Serra de Santa Comba. Segundo o professor do Departamento de Biologia e Ambiente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), António Crispi, o estudo de impacte ambiental, com parecer favorável, é uma “fraude”, - <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/parque-eolico-de-santa-comba-estudo-de-impacto-ambiental-e-uma-fraude-15329438.html> - por não corresponder à realidade. O professor da UTAD refere “o estudo sustenta-se, aparentemente em valores potenciais” e a “base do património natural da serra é falso e é uma fraude para o Estado”. Por outro lado, o estudo e os dados, são anteriores a 2014, completamente desatualizado com o património encontrado nos anos mais recentes.

No mês de julho de 2021, é anunciado pelo município de Mirandela, o programa “EscarpArte”, parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, município de Mirandela e a Universidade, com o apoio financeiro do programa “Promove-o futuro do Interior”, um programa com parceria da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que visa tornar visitável a arte rupestre da Serra de Santa Comba.

Recentemente, no passado dia 19 de outubro foi anunciado em Diário da República, no n.º 212/2022 o projeto de decisão relativo à classificação como sítio de interesse público dos Sítios Arqueológicos da Serra de Santa Comba, e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).

O Bloco de Esquerda entende que a Serra de Santa Comba tem um valor patrimonial único e que deve ser defendida a defesa do património arquitetónico e natural.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Considera o Governo que a Declaração de Impacte Ambiental dispõe de toda a informação atualizada para a construção do Parque Eólico de Mirandela?
3. Que medidas pondera o Governo tomar para garantir a preservação do património da Serra de Santa Comba?
4. Concorde o Governo com a instalação do Parque Eólico de Mirandela?
5. Tem o Ministério conhecimento do anúncio para a classificação dos sítios arqueológicos da Serra?
6. Vai permitir o Governo o início da implementação dos aerogeradores enquanto decorre a classificação da zona especial de proteção?

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2022

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)